



DEPOIMENTO ESPECIAL

PSICÓLOGA MARIANA BENATTO P.S. SCHREIBER - CRP 08/10758



O DEPOIMENTO ESPECIAL NO TJPR

2016 - Termo de Cooperação 98/2016 - estabeleceu parâmetros para procedimentos relativos à perícia ou depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Resultado dos trabalhos da Comissão Interinstitucional de Depoimento Especial (CONSIJ, CGJ, MP e CAOPCAE, Defensoria Pública, OAB-PR, Administração Penitenciária, ...)

2018 - Ato conjunto - Dispõe sobre a Implementação da Lei nº 13.431/2017, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.603/2018, no âmbito do Sistema Estadual de Justiça composto pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, Governo do Estado do Paraná e Associação dos Conselhos Tutelares do Paraná, e dá outras providências.

O DEPOIMENTO ESPECIAL NO TJPR

2019 - Provimento 287/2019 - Regular os procedimentos afetos ao depoimento especial no Poder Judiciário do Estado do Paraná e versa sobre a **necessidade de capacitação** para realizar o procedimento.

Art. 2º Compete ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude do Paraná - CONSIJ/PR:

- I - Orientar e capacitar os servidores do Poder Judiciário em relação às técnicas a serem aplicadas no procedimento do depoimento especial;
- II - Promover cursos voltados à capacitação de todos os profissionais que realizarão o procedimento;
- III - Estabelecer estratégias de orientação e supervisão das atividades afetas ao depoimento especial;

Art. 18

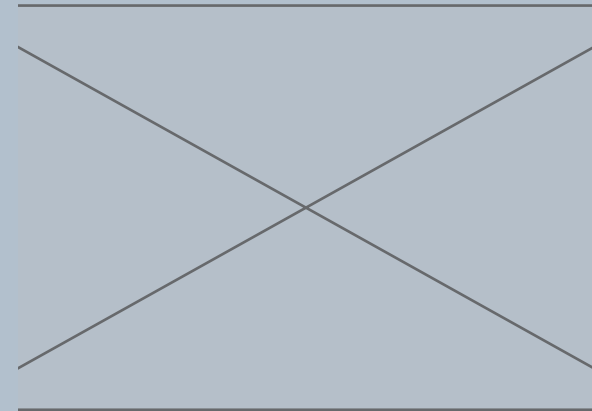
- I - O entrevistador responsável por executar o depoimento especial deve comprovar capacitação para realizar o procedimento, a qual deve ser reconhecida pelo Tribunal de Justiça.

CAPACITAÇÃO FACILITADORES

CURSO ETAPA EAD

Esta sendo reestruturada e a nova edição já contará com conteúdo alinhado às novas legislações:

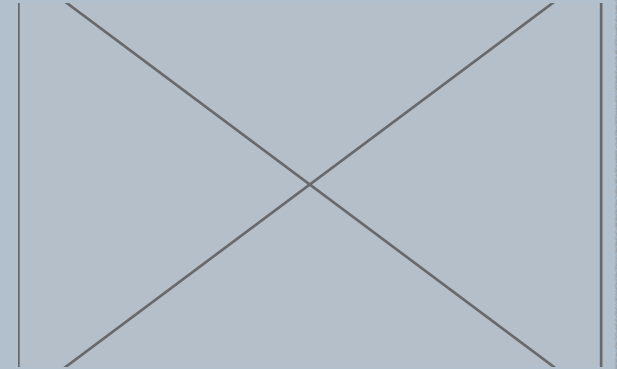
- Lei nº 13.431/2017;
- Decreto n. 9.603 de 10 de dezembro de 2018;
- Provimento 287 de 31 de janeiro de 2019 do TJPR,



CAPACITAÇÃO FACILITADORES

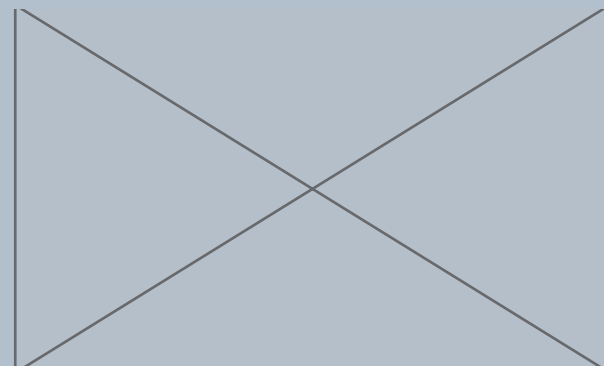
CURSO ETAPA EAD

- Já foram realizadas 5 turmas;
- Nova reestruturação do curso terá duração de 48 horas/aula e será integrada a etapa presencial;
- Próxima turma iniciará em outubro de 2019;
- Profissionais indicados pelos Juizes de cada comarca realizarão a formação, a medida que existam vagas;
- Turmas tem número limitado de participantes, pois o curso conta com a interação com tutores, devidamente qualificados;
- Todos os profissionais indicados realizarão a formação em algum momento;



CAPACITAÇÃO FACILITADORES

CURSO ETAPA PRESENCIAL



*Focado no aprendizado e prática da técnica da **entrevista cognitiva**, que é o protocolo recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ - Resolução 33/2010), além de ser a técnica mais estudada e com maior número de pesquisas científicas e estudos produzidos a seu respeito.*

CAPACITAÇÃO FACILITADORES

CURSO ETAPA PRESENCIAL

- Já foram realizadas 2 turmas e uma de supervisão continuada ;
- Nova estrutura terá duração de 16 horas e será alinhada ao conteúdo trabalhado na etapa EAD;
- Será realizado nas diferentes regionais de todo o Estado, a medida que houver profissionais aptos, que tenham concluído a etapa EAD;
- Foco será na prática e treino da aplicação da técnica da **entrevista cognitiva** e suas diferentes etapas;

CAPACITAÇÃO FACILITADORES

A Entrevista Cognitiva (FISHER & GLEISELMAN, 1992; FEIX & PERGHER, 2010) apresenta cinco etapas, com objetivos bem-definidos para cada uma delas. Trata-se de um modelo de entrevista forense, desenvolvido com base nos conhecimentos da Psicologia Social que integram os conhecimentos das relações humanas, e da Psicologia Cognitiva, que diz respeito aos saberes que os psicólogos adquiriram sobre a maneira como nos lembramos das coisas, ou seja, como nossa memória funciona. É baseado em sólidos fundamentos científicos e com longa tradição em pesquisa (STEIN, 2010).

O USO DOS PROTOCOLOS E DA TÉCNICA DE ENTREVISTA COGNITIVA

- * As indicações ao uso do protocolo de entrevista, (como a entrevista cognitiva) se justifica pela existência de comprovações científicas de que eles proporcionam **relatos mais fidedignos**, além de seguirem as orientações das associações que reconhecidamente desenvolvem pesquisas nessas áreas.
- * A maior parte dos protocolos de entrevista investigativa baseia-se nos seguintes fundamentos:
 - Evitar perguntas sugestivas;
 - Fazer perguntas abertas;
 - Permitir relato livre;
 - Tratar o entrevistado com cordialidade e estabelecer confiança;



O USO DOS PROTOCOLOS E DA TÉCNICA DE ENTREVISTA COGNITIVA

- Com esses procedimentos, o entrevistador proporcionará **cuidados emocionais à criança e ao adolescente** e poderá obter um relato do fato com **maior quantidade e com melhor qualidade de informações**.

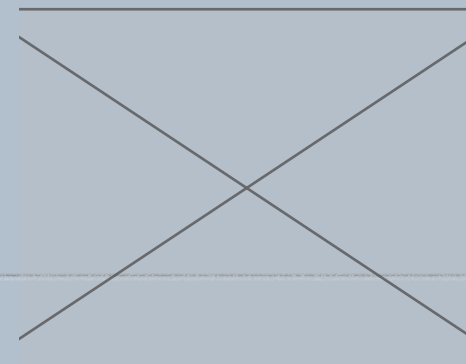
O USO DOS PROTOCOLOS E DA TÉCNICA DE ENTREVISTA COGNITIVA

- Verifica-se ainda que esses protocolos de entrevista desenvolvem-se, essencialmente, em três fases:
 - A. Acolhimento do entrevistado, fase conhecida também como **rapport** ou **preparação**;
 - B. Obtenção de relato do fato, que implica na **recordação do entrevistado**;
 - C. **Fechamento ou finalização** da entrevista, de maneira que o entrevistado saia com sentimentos positivos;

O USO DOS PROTOCOLOS E DA TÉCNICA DE ENTREVISTA COGNITIVA

Pontos comuns dos Protocolos:

- Estabelecimento de confiança;
- Avaliação de desenvolvimento infantil;
- Discussão sobre verdade e mentira;
- Informações sobre a entrevista (regras básicas) e permitir o “não sei”;
- Abordar tópicos neutros (rapport, acolhimento);
- Depoimentos com base em lembranças e perguntas abertas (abordagem de funil);
- Encerramento;



FACILITADORES

- No âmbito do judiciário, o D.E. pode ser executado por profissionais do quadro funcional, como assistentes sociais, psicólogos, médicos, pedagogos, analistas e técnicos judiciários;
- Em relação a competências técnicas, o profissional deverá ter formação acadêmica, preferencialmente em áreas que possibilitem conhecimento acerca, por exemplo, de desenvolvimento geral de crianças e adolescentes; de dinâmica das situações de violência.
- Deverá ter capacidade e intencionalidade para o trabalho interdisciplinar e treinamento específico para conduzir a entrevista de tomada de depoimento com crianças e com adolescentes vítimas ou testemunhas de delitos.

FACILITADORES

- Em relação a competências pessoais, espera-se que o profissional seja **capaz de se relacionar**, de se **comunicar e de apoiar** uma criança ou um adolescente e seu responsável. Espera-se, ainda, que mantenha **estabilidade emocional** e que tenha **capacidade de empatia para abordar, para ouvir e para intervir em situações com histórias muito difíceis de bastante sofrimento**.



CONTATOS:

**MARIANA BENATTO PEREIRA DA SILVA
SCHREIBER - CRP 08/10758**

ANALISTA JUDICIÁRIA - ALMIRANTE TAMANDARÉ

mbps@tjpr.jus.br

[\(41\) 3375-3194](tel:(41)3375-3194)